Aprovado plano de educação

■ Comissão da Câmara quer levar logo a plenário projeto que visa mudar setor

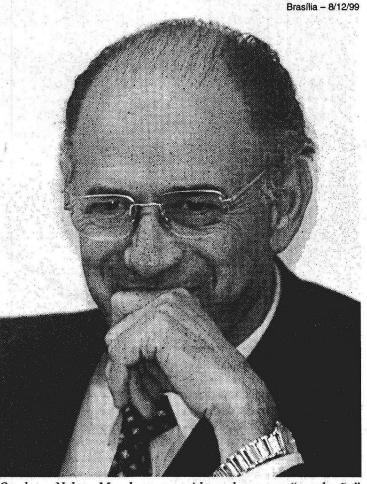
RENATA GIRALDI

BRASÍLIA - A Comissão de Educação da Câmara aprovou ontem o Plano Nacional de Educação (PNE), que visa incluir o Brasil entre os países que mais investem em ensino. Os objetivos vão desde melhorar o nível educacional no país até alfabetizar 15 milhões de brasileiros. As metas são aplicar 7% do Produto Interno Bruto (PIB), aproximadamente R\$ 20 bilhões por ano, em programas educacionais, e eliminar o analfabetismo em 15 anos. "É uma revolução. Não tenho dúvida alguma sobre isso", afirmou o relator do projeto, deputado Nelson Marchezan (PSDB-RS).

Hoje de manhã, quatro destaques da oposição devem ser votados. A idéia é incluir o plano na pauta da convocação extraordinária, que começa dia 10 de janeiro, levando à votação do projeto pelo plenário da Câmara.

Direito – Pelo texto, o tratamento à educação sofre uma série de alterações. Um dos itens trata da manutenção constitucional, que garante o direito ao ensino para as crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, por no mínimo quatro horas ao dia, e, depois, em tempo integral. No futuro, o objetivo é diminuir a idade de ingresso na escola de 7 para 6 anos. O plano sugere ainda que seja assegurado o acesso aos níveis médio e superior.

De acordo com o Plano Nacional de Educação, os cursos noturnos serão revistos para que se adaptem às necessidades dos alunos que trabalham durante o dia, sem prejudicar os programas



O relator Nelson Marchezan considera plano uma "revolução"

pedagógicos. Também prevendo a melhoria da aprendizagem, será desenvolvido um programa emergencial para formação de professores de ciências e matemática. Foi fixada ainda a meta de que pelo menos 30% dos jovens com idade entre 18 e 24 anos tenham oportunidade de frequentar faculdade.

Pelo projeto, o governo vai se responsabilizar também pela execução de cursos para agricultores, voltados para as práticas agrícolas

e preservação ambiental, oferecidos pelas escolas agrotécnicas em colaboração com o Ministério da Agricultura. Há, ainda, uma orientação específica para o ensino indígena, no qual se garante respeito aos costumes e tradições, e a ampliação gradativa das séries de 5ª a 8ª. Um dos capítulos trata apenas do ensino especial, determinando acões preventivas nas áreas visual e auditiva e maior número de classes especiais em municípios de todo o país.

A oposição promete apoiar três destaques que vão ser discutidos e votados na sessão de hoje. Um deles prevê a ampliação do Fundef, o fundo de desenvolvimento do ensino fundamental, para os níveis médio e superior. O outro propõe que, em vez de 7%, a proporção do PIB a ser destinada à educação passe a 10%. E, por fim, os oposicionistas querem autonomia plena das universidades, sem que os nomes dos candidatos a reitor tenham de ser submetidos ao governo.

Propostas - Os três destaques têm parecer contrário do relator. Em seu texto, há uma proposta de reavaliação do Fundef, mas sem ampliá-lo; a destinação de 7% do PIB para a educação já 🗬 está decidida; e existe também a garantia de autonomia, porém sem alterar a análise da lista tríplice - cada universidade envia ao governo uma lista com nomes de três candidatos a ocupar a reitoria para seleção -, exatamente

como ocorre hoje.

A deputada Esther Grossi (PT-RS) elogiou o Plano Nacional de Educação, mas ressaltou que, da forma como está, não vai resolver os problemas que se propõe. Na sua opinião, o projeto não deveria se basear na escassez de recursos e, sim, nas necessidades da população.

"Este plano nasce com um vício na origem, numa gênese truncada, e mais uma vez frustrará as expectativas de solução adequada para as mazelas de nosso ensino". afirma ela, em um panfleto intitulado "A gênese truncada do Plano Nacional de Educação".